

AS REPRESENTAÇÕES DE PODER NO GOVERNO DE ADRIANO SEGUNDO DION CÁSSIO E A HISTÓRIA AUGUSTA

*Américo Henrique Marquez do Couto**

RESUMO: O Império Romano, como forma de governo, configurou-se a partir de 31 a.C., com a vitória de Caio Otávio sobre Marco Antônio na Batalha do *Actium*. Neste período, destacaremos neste trabalho o período do governo do Imperador Publio Aelius Adrianus como elemento caracterizador da política imperial romana. Os conceitos de imagem, imaginário e poder que são os eixos teóricos formadores da caracterização de Adriano como Imperador Romano. As próprias imagens estruturais deixadas por personagens como Adriano também nos ajuda a compor sua representação como *Princeps*, como também os escritos da *Historia Romana* e da *Historia Augusta*.

PALAVRAS-CHAVE: Império Romano, Adriano, Imagem e Poder.

THE REPRESENTATIONS OF POWER IN THE GOVERNMENT OF ADRIANO SECOND DIO CASSIUS AND HISTORY AUGUSTA

ABSTRACT: The Roman Empire, as a form of government, set up from 31 BC, with the victory of Caio Otávio on Marco Antonio at the Battle of *Actium*. During this period, deployed in that period the work of the government of Emperor Adrianus Publilius Aelius characterized as part of Roman imperial policy. The concepts of image, imagination and power that are the main trainers theoretical characterization of the Hadrian as Roman Emperor. Even the images left by structural characters as Adriano also helps us to compose their representation as *Princeps*, as well as the writings of *Roman History* and *History of Augusta*.

KEYWORDS: Roman Empire, Hadrian, Image and Power.

Segundo Géza Alföldy (ALFÖLDY, 1989:123-236), o *Princeps* dispunha de um poder ilimitado, não existindo no Estado Romano outro poder que pudesse ser exercido como alternativa ao do Imperador. O Imperador detinha a *tribunicia potestas* (podia tomar qualquer iniciativa legislativa), o *imperium proconsulare maius* (direito de governar sozinho as províncias imperiais e em conjunto com os magistrados escolhidos pelo Senado podia governar as províncias

* Professor Substituto do Departamento de História da UFG, Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás, americouto@uol.com.br e americouto@yahoo.com.br

senatoriais), e o direito de indicar qualquer membro para a ordem eqüestre. Com isso, percebe-se estruturas de demonstração e consolidação de poder.

Neste sentido, poder como exercem os Imperadores se aproximam do exposto por Jacques Le Goff, que diz que:

o poder supremo é aquele que se exerce numa sociedade global, no interior de um território definido por fronteiras, dispondo do poder de coerção, definindo a regra com a lei e sancionando as infrações, é o único poder que tem todos esses atributos. (LE GOFF, 1995:36).

E o de Michel Foucault, que o define como

algo que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe. O poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política. (FOUCAULT, 2003:174-175).

Diante disso, podemos observar, parafraseando Jean-Jacques Chevallier, que o poder é um elemento de fascínio para os homens e que é através de sua representação que o *Princeps* adquire soberania que é a força de coesão, de união da comunidade política que sem esta se deslocaria. A soberania define as relações de comando e obediência, impostas pela natureza das coisas a qualquer vivente. É o poder absoluto e perpétuo de um Império. (CHEVALLIER, 1993:50-64). E isto Adriano procurou propagandear com suas imagens imperiais.

Diante desta perspectiva, vale comutar da citação que Jacques Julliard faz de Paul Ricoeur, quando este último diz que "(...) a autonomia do político consiste em que o político torna real uma relação humana irreduzível aos conflitos de classe e às tensões econômicas e sociais da sociedade; consiste em que, por outro lado, o político cria 'males específicos'" (RICOEUR, apud: JULLIARD, 1998:182-183). Assim, podemos inferir como foram importantes para a manutenção do poder imperial, de Adriano, as suas constantes intervenções em diferentes segmentos da política romana, como suas interferências na ordem senatorial, suas reformulações sociais e econômicas, dentre muitas outras. Esta noção se opõe, por exemplo, a de Sheldon Wolin que acredita que "(...) toda filosofia política – por mais variadas e refinadas que sejam suas categorias – representa uma perspectiva necessariamente limitada da qual contempla os fenômenos de índole política". (LOPES, 2003:61).

O poder só se concretiza e se estabelece por uma transposição, uma produção de imagens e uma manipulação de símbolos operadores de modos permutáveis, resultando assim em uma legitimação e uma hierarquização com fortes representações de subordinação. Para isto,

utiliza-se de meios espetaculares como comemorações, manifestações e execuções, o que também celebra uma marca pessoal que entra para a história. Com isso, percebe-se, por exemplo, que o Imperador Adriano quando guardião de seu poder político arranjou, modificou e organizou construções com dinheiro dos erários público e particular. Além disso, o poder tem uma ilusão ainda maior: a de ter a capacidade de escapar aos assaltos do tempo como fez o Imperador Adriano que está hoje, quase dois mil anos depois, sendo objeto de estudo graças entre outros fatos ao seu imenso poder.

O bom príncipe realmente se conhece na medida em que faz gestar a paz; e ele a faz praticando a justiça já diziam Robert Boutriche e Paul Lemerle. M.J. Hidalgo de la Vega diz que o bom rei é aquele que se faz conhecer bem pelos seus súditos e que exerce seu poder de força clássica (BOUTRICHE, LEMERLE, apud: HIDALGO DE LA VEJA, 1995). Neste sentido, percebemos que Publio Aelius Adrianus exerceu bem seu poder demonstrando ser um bom governante, já que por estas opiniões cumpriu todas as exigências anunciadas concretizando sua imagem imperial e fazendo com que o poder do *Princeps* aumentasse quando se reconciliou com várias comunidades. (ROSTOVZEFF, 1983:208).

De acordo com René Rémond, se o poder político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também algo mais concreto com que todos se deparam na vida, o que interfere nas conjunturas estruturais da própria vida. Com isso, podemos afirmar que o poder político não tem fronteiras naturais, pois tem a capacidade de dilatar e absorver tudo o que é necessário para sua concretude. (RÉMOND, 1996:441-454). Isto os Imperadores demonstravam com suas ações, desde as vitoriosas lutas nos campos de batalha até a difusão da propaganda de demonstração de sua força e capacidade.

Sobre o comportamento do *Princeps*, Paul Veyne afirma que a questão reside em saber se o Imperador seria “bom” ou “mal”; era bom se respeitasse as susceptibilidades senatoriais. A Antigüidade vivia numa moral cívica que se resumia numa frase: só se poderia ser honradamente governado por um homem que soubesse governar as suas paixões. Quando ele obedecia a um chefe que era senhor de si próprio, não se obedecia verdadeiramente a um chefe. Obedecia-se à moral a que o chefe era o primeiro a obedecer (VEYNE, 1988:11-13). Acreditamos que o Imperador era encarado como um modelo a seguir, um ponto de referência para a plebe. Se ele fugisse às regras de conduta, abriria precedentes bastante perigosos para a ordenação social reinante. (GONÇALVES, 1998/1999:156).

Por fim, vale salientar que o próprio Principado, nas palavras de Géza Alföldy é uma ótima representação de poder, pois era o enquadramento político mais próximo à coesão da sociedade aristocrática romana, nas condições de um Império com limites mundiais: encarnava um sistema de dominação estável e uniforme, o que mais agradava as camadas superiores. A criação de uma administração imperial regular e a manutenção de um exército permanente de 350.000 a 400.000 homens equivalia à criação de uma máquina de poder que sustenta o controle perpétuo e

uniforme dos governados e mantinha a estabilidade política, ao contrário do que acontecia nas condições desoladoras que margeavam nos termos da República. Por outro lado, essa máquina de poder era mais tolerada pelas massas que anteriormente, devido à definição de normas uniformes para o exercício do poder e ao controle centralizado dos funcionários (ALFOLDY, 1989). Assim, o Principado fornecia a sociedade Romana normas de ideologia e ética que constituíam um sistema referencial uniforme e coeso não somente para as camadas sociais dominantes como, também, para os grupos numericamente mais significativos do extensivo *limes* romano.

A *História Romana* de Dion Cássio é uma narrativa biográfica, escrita em meados do III século da Era Cristã. Neste trabalho, especialmente, utilizaremos os capítulos LXIX e LXX nos quais são descritos as ações imperiais dos Príncipes Publio Aelius Adrianus e Titus Aurelius Fulvius Antoninus Boionius Arrius Estes capítulos nos remetem a fatos que caracterizam desde a suposta adoção de Adriano por Trajano, no leito de morte, até seu *omina mortis* e a ascensão de Antonino e sua qualificação posterior de “Pio”.

Na ocasião que ele foi declarado Imperador, Adriano estava em Antioquia na Síria e ao receber a notícia, a fonte nos conta passagens/sonhos do Imperador, nas quais ele via tal acontecimento, enfocando reações mítico-religiosas. Estes atos são conhecidos como *omina imperi* e, podem ser exemplificados segundo este autor (DION CÁSSIO, LXIX) como sonhos e pesadelos tidos pelo Imperador algumas noites antes da morte de Trajano. A seguir, procurou homenagear Trajano com diversos feitos e construções, além de jurar que “(...) não faria qualquer coisa contrária ao interesse público e nem poria a morte qualquer Senador”. (DION CÁSSIO, LXIX) Juramento este quebrado logo depois, pois mandou executar vários homens das camadas sociais mais significativas, inclusive Senadores, por ter conspirado contra ele e ter reclamado de algumas medidas decretadas pelo *Princeps*.

É possível percebermos junto às afirmações de Dion Cássio que:

(...) Adriano era um homem agradável para se encontrar e ele possuía um certo charme (...) e (...) com uma ambição insaciável, praticava perseguição até por trivialidade. (DION CÁSSIO, LXIX).

Estas observações nos evidenciam demasiadas características de Adriano, como vantagem de equilibrar e reconciliar os defeitos e virtudes, ações de prudência e habilidade político-militar.

A *História Romana* de Dion Cássio nos mostra até de forma exagerada inúmeras características elogiosas a Adriano como a de ser um homem com grandes capacidades de exatidão, curiosidade, equilíbrio, prudência, munificência e habilidades em diversos setores das artes à guerra, além de afirmar que ele era capaz de agir de acordo com as necessidades

individuais (DION CÁSSIO, LXIX).

Adriano procurou reestruturar o exército, corrigindo uma série de problemas, especialmente nas frentes de batalhas (PETIT, 1974:225-226) e, para isso, “(...) sujeitou as legiões à disciplina mais rígida, de forma que, entretanto fortes, elas não eram insubordinadas e nem insolentes (...), dando-lhes dignidade e lisura.” (DION CÁSSIO, LXIX) e, com isso, propiciou uma série de estratégias para a manutenção das fronteiras, num contexto da *Pax Romana*¹, como as da Bretanha. Ainda a respeito das conquistas, percebemos que Adriano efetuou ações militares, conquistando regiões da Grécia, Mécia, Média, Albânia e Capadócia, nas quais construiu monumentos para concretizar sua imagem de bom Imperador, de grande construtor e amante das artes em geral.

Diante de tais constatações e demais percepções, podemos observar a preocupação que Adriano possuía com a apresentação de sua imagem, por isso, manifestava-se sempre com imagens que possuíam manifestações de poder e autoridade. Dion Cássio nos fala: “(...) ele não cobria a cabeça em tempo quente e nem quando tinha um forte resfriado, mesmo se estivesse na nevada região da Germânia ou sob os ardentes sóis egípcios, via-se o Imperador com a cabeça coberta”. (DION CÁSSIO, LXIX). Neste sentido, preocupou-se em dar a Plotina um honrado cerimonial de sepultamento em nove dias e erguendo um templo e compondo hinos em sua homenagem, inferindo ser um bom homem e agradecendo todas as alegrias e ajudas concedidas a ele pela esposa de seu predecessor.

Dion Cássio nos informa que os romanos foram incitados pelos judeus que viviam na região de Jerusalém, provocando uma “grande hostilidade dos romanos”, já que estes se recusaram a efetuar os pagamentos dos impostos para Roma. Assim, Adriano enviou censores e questores para forçarem os mesmos a pagarem os impostos. Como isso não resultou em medidas concretas, enviou contra eles os seus melhores generais, dos quais se destaca Julius Severus que levou o desespero à região.

O autor relatou que

(...) muitos poucos sobreviveram na realidade. Foram arrasados cinquenta dos postos mais avançados deles e novecentas e oitenta e cinco aldeias que ficaram no chão. Foram mortos quinhentos e oitenta mil homens em várias invasões e batalhas e por doenças. Assim, quase toda a Judéia foi desolada, um resultado que as pessoas haviam previsto antes do início da guerra. (DION CÁSSIO, LXIX).

¹ Medida Imperial de Otávio Augusto no início do Principado pela qual se deveria diminuir as conquistas territoriais de Roma, para consolidar os domínios do já estendido *limes* romano. Ou seja, buscava assim não perder territórios aos bárbaros, já que estes iniciavam constantes incursões contra os romanos a fim de retomar seus domínios conquistados por Roma durante sua longa expansão territorial, iniciada durante a República. (VEYNE, 1976: 230-231).

Depois da guerra Adriano, ao expô-la ao Senado, demonstrou seu poder e sua força ao lhe dizer: “Se vocês e suas crianças estiverem com saúde, é bom; eu e as legiões estamos muito bem”. (DION CÁSSIO, LXIX). Demonstrando, com isso, que o *Princeps* é capaz de efetuar com sucesso grandes problemas de ordem estrutural do Império Romano, algo que lhe condicionava a manter sua “boa” imagem. Depois deste conflito, propiciou a reconstrução da Judéia, impondo uma nova cidade com características da arte greco-romana a qual Adriano era grande conhecedor e divulgador. Segundo Malcolm A. R. Colledge, a província da Judéia ganhou uma nova arquitetura temperada com os estilos artísticos que davam agilidade, mas conservam características da região, caracterizando a política expansionista de Roma (COLLEDGE, 2000: 975).

A *História Romana* traz ainda informações importantes sobre as leis promulgadas no governo de Adriano. Dentre elas se destacam as que garantiram uma relativa autonomia às províncias e as que imputavam forte punição àqueles que insultavam os Senadores. Desta forma, vemos como Adriano buscou conseguir apoio junto à ordem senatorial e a aristocracia provincial (DION CÁSSIO, LXIX).

Dion Cássio também nos relata os piores momentos enfrentados pelo Imperador com os constantes problemas da hidropisia. Segundo ele, Adriano almejou a morte várias vezes e pedia freqüentemente veneno ou uma espada e até chamou Mastor, um bárbaro, que havia se tornado um cativo e lhe prometeu dinheiro para que o matasse, mostrando-lhe até onde deveria atingi-lo para evitar o sofrimento, mas este com medo não o fez. Neste estágio não fez mais dieta e ingeriu tudo que lhe desejava até sua morte em 138 d.C. (DION CÁSSIO, LXIX).

Após a morte de Adriano, o que a *Historia Romana* nos mostra é que:

(...) ele foi odiado pelas pessoas, apesar do governo excelente, por causa dos assassinatos cometidos no principio e no fim do seu reinado. (...) Ainda assim ele estava longe de ter uma disposição sanguinária. (DION CÁSSIO, LXIX).

Sobre a obra de Dion Cássio, inferimos que a imagem construída do Imperador Adriano apresenta-se de forma positiva, ou seja, mesmo com uma mescla de características positivas e negativas, os pontos favoráveis às suas ações são superiores. Segundo Millar (1964:27–43), esta imagem de Adriano, apresentada por Dion Cássio, pode estar direcionada a concretos interesses próprios, pois sendo ele de uma cidade (Nicéia) que recebera benfeitorias de Adriano, seria natural a transposição de uma imagem positiva do Imperador. Contudo, as representações da vida de Adriano não deixam de ser complexas já que apresentam controvérsias com diversos setores, como no interior do próprio Senado. Vale salientar que a *História Romana* é uma obra escrita no III século que se refere a um Imperador que governou um século antes.

Infelizmente, Dion Cássio não nos evidencia com clareza quais fontes foram por ele utilizadas para escrever sobre Imperadores cujo governo ele não vivenciou. Portanto, o que este autor nos fornece é uma releitura bastante pessoal da imagem de Publio Aelius Adrianus.

A *Historia Augusta* é uma coletânea de biografias de Imperadores e pretendentes ao governo imperial que viveram entre o início do II século e o final do III século d.C. É de grande importância histórica, pois contém uma das maiores coleções biográficas do mundo antigo, porém é vista com muita desconfiança pelos estudiosos da História Antiga, já que possui grandes problemas. Dentre os principais destacam-se a questão de sua autoria que foi de apenas um ou de diversos escritores e as várias falsificações, os documentos forjados, as constantes invenções, as incoerências e erros históricos-temporais e as mentiras contadas, provocando uma relativa cautela entre seus estudiosos.

O Imperador Adriano governou o *Imperium Romanum* entre os anos de 117 e 138 da Era Cristã, pertencendo à Dinastia dos Antoninos, terceira do Principado e, na qual, o Império teria atingido seu apogeu, segundo a ótica senatorial. A *Historia Augusta* além de nos apresentar diversas situações deste período, no qual ele governou, também relata o período que precedeu à sua ascensão ao governo.

A sucessão de Trajano não foi tranqüila. Segundo a *Historia Augusta*., Trajano, indicou vários sucessores que morreram antes dele e teve entre seus indicados constantes conspirações, acabando por tomar a decisão de enviar ao Senado um discurso no qual este órgão escolheria seu sucessor quando veio a falecer, "(...) alguns publicaram que Adriano havia sido adotado depois da morte do Imperador por uma conspiração de Plotina, que usou um falsário que falava com uma voz fatigada, imitando o próprio Trajano" (*História Augusta, Vida de Adriano*, IV). Este fato e os acontecimentos iniciais do governo de Adriano, terceiro da Dinastia dos Antôninos e que duraria 21 anos, de 117 a 138 d. C., segundo Michel Grant, permaneceram incertos, mas Adriano ao assumir os poderes imperiais decretou que seria impossível manter os mais recentes territórios conquistados no Oriente e, por isso, para não se lançar em aventuras e consolidar seu poder, abandonou conquistas iniciadas por Trajano, provocando reações opostas do Senado e dos militares (GRANT, 1987: 256), praticando a política da *Pax Romana*. Além disso, firmou uma paz com os partos, os povos mais resistentes à dominação imperial romana (*História Augusta, Vida de Adriano*, V).

Adriano sofreu várias tentativas de usurpação logo que assumiu o trono e enfrentou todas elas eliminando seus mentores. Neste início de governo, também se preocupou em outorgar honras divinas a Trajano e a justificar ao Senado as condições de sua adoção diante dos pedidos da ordem eqüestre por sua permanência. (*História Augusta, Vida de Adriano*, VI). Estes pedidos foram atendidos, pois esta ordem já possuía um grande prestígio em Roma e seu apoio era algo estratégico para a política imperial.

A seguir, a *Historia Augusta* nos conta que Adriano, preocupado com sua imagem depois

das várias mortes ocorridas no início de seu governo, procurou desfazer sua má reputação presenteando o povo com um *congíario*², dando-lhes dinheiro, elaborando novas leis mais concretas e objetivas, realizando festas e jogos públicos e muitas construções (História Augusta, *Vida de Adriano*, VIII). No governo de Adriano, as assembleias e o Senado proclamaram freqüentemente que se pensava governar a pátria de modo que todos participavam como uma propriedade comum e não privada. (História Augusta, *Vida de Adriano*, VIII). E, para isso, Adriano reestruturou várias leis do *Imperium*, como a de permissão de um cavaleiro julgar um Senador, que ficou proibida a partir de então, e a reunião entre senadores e *Princeps* para julgarem casos mais importantes de ordem pública.

Segundo François Jacques, Adriano ampliou as promoções coletivas, rompendo uma política herdada por Cláudio. Preocupou-se em travar contato direto com as realidades das províncias que conduziram a conseqüências de mudanças sociais comuns a adesões populares de “sujeitos” ao sistema romano. (JACQUES, 1990:278-279). Isso pode ser exemplificado com a simplicidade dos acampamentos, nos quais o Imperador se instalava junto com os militares e o povo, como se lê na *História Augusta* (H.A., X). Nestas visitas, além de inspecionar o espaço físico dos soldados, ele se preocupou com suas vestimentas, reforçou a fiscalização quanto à idade mínima para se ingressar no exército dando, portanto, um caráter humanitário a este grupo, pois além de tudo isso, procurava saber sobre os costumes dos ancestrais dos soldados, sobre os próprios soldados e inclusive seu número de registro. (História Augusta, *Vida de Adriano*, X).

Adriano tomou outras medidas junto ao exército, além das mencionadas anteriormente, e também efetuou medidas referentes às conquistas. No primeiro, propôs uma reforma quando se dirigiu à Bretanha, (História Augusta, *Vida de Adriano*, XI) onde corrigiu muitos defeitos e, foi o primeiro que construiu uma muralha que separava os bárbaros dos romanos, como fala Paul Petit. Este também frisa o problema com os bretões, ao mostrar a necessidade de reforçar a fronteira norte do país, depois de Trajano ter dominado a região (PETIT, 1974:225-226). Com relação às conquistas, Adriano lançou-se numa forte política da *Pax Romana*, deixando, portanto, as conquistas em segundo plano, como as da:

(...) África, na região da Numíbia (...), da Mauritânia (...), na Europa, a região da Bretanha e, (...) na Ásia e no Oriente em regiões como a Mesopotâmia, a Capadócia abandonada, mas com influências romanas em Osrneine, paz que travou com os partos. (...) Com isso, o Império cedeu espaços e seguiu uma política de defesa nas expansões territoriais: época de grandes fortificações e apogeu do sistema de *limes*.³ (PETIT, 1974:220-234).

² Tipo de doação derivada de *congíus* (medida de líquidos equivalentes a 3,283 litros) que distribuía diversos objetos à população.

³ Segundo Paul Petit, *limes* “(...) est un chemin qui limite un champ et dont l’ emplacement est toujours réservé dans la cadastration par les arpenteurs.” E, a partir de Adriano, (...) le *limes* est purement

Por fim, Adriano aplicou uma política no Oriente, na qual as cidades foram organizadas, dando às regiões distantes a semelhança de uma vila urbana, caracterizando assim os modelos urbanos de Roma nas províncias, como nos informam François Jacques e John Scheid (JACQUES; SCHEID, 1990, 279).

Nas leis, Adriano foi um grande contribuidor, pois decretou que em nenhuma cidade se destruísse casa alguma com a finalidade de se transportar materiais, aboliu os delitos do ato de *lesa majestade*, afirmou que quem encontrasse qualquer tesouro em suas posses podia conservá-lo e se encontrasse em posição alheia deveria entregar a metade ao dono do lugar e se este fosse público deveria entregar a porcentagem ao fisco, proibiu que os amos matem seus escravos e que qualquer condenação deveria ser feita por juizes e não pelos donos, vetou que os servos e escravos fossem vendidos ou levados ao *lanista*⁴ sem manifestar as razões para o procedimento e oficializou que, em todas as cidades, se edificasse um órgão público, dando pequena autonomia às províncias. Ao fazer ações como estas, Adriano entrava em confronto direto com os senadores, pois os assuntos referentes às questões externas eram de competência direta dos senadores. Com isso, Adriano dava um tom pessoal ao governo, superando assim a ordem senatorial. Com isso, sua memória nestas províncias foi tida como positiva e junto aos senadores como negativa.

Segundo a *Historia Augusta*, sendo Imperador, Adriano desempenhou várias magistraturas, como o cargo de Pretor na Etrúria, e o de Ditador⁵ e Edil⁶ nas províncias latinas e

défensif: il sépare le monde romain civilisé du monde barbare dangereux et inculte et reçoit ainsi une signification tout autant morale que matérielle. Sous cette forme, le *limes* est une zone de confins, parfois profonde de 2 a 3 km, comportant des défenses échelonnées, des fortins pour les auxiliaires, les *castra* pour les légionnaires, et une route de rocade permettant de faciles déplacements vers un point menacé.”(PETIT, 1974:223-224).

⁴ Era um verdadeiro mercado de carne humana (*lanus* – carniceiro). Nestes locais, às vezes, se negociavam escravos pertencentes a outros amos como produtos de lutas depois de tê-los instruídos como gladiadores. Havia *lanistas* que possuíam verdadeiras oficinas para o negócio dos gladiadores. Outros ficavam nos câmbios como nômades exercendo o negócio que era seguro e podia fazer deles homens ricos. (H.A. XVIII).

⁵ Neste caso, Ditador não possui a mesma função que no período republicano, em que eram convocados pelos cônsules para sanar qualquer elemento de desordem e revoltas públicas. Agora, Ditador tem como função nestas províncias substituir os Pretores e também é um cargo honorífico a Adriano.

⁶ Magistratura que tinha como principal função ajudar na administração pública, sendo responsável pelos jogos/espetáculos públicos que engendram a Política do Pão e Circo. Na República, tinham-se três classes de edis: os *edis plebeus* (ajuda aos tribunos da plebe); os *edis curuies* (manutenção e salubridade pública); e a partir de Júlio César os *edis cerealis* (encarregados do aprovisionamento de alimentos em Roma). Durante o Império, a função dos *edis* passou, pouco a pouco, a ser

orientais. Aproveitou de seu poder para edificar algumas construções e oferecer jogos públicos em quase todas as cidades imperiais.

Ainda, no aspecto militar, percebe-se que os soldados o amavam muito, visto que possuíam mais direitos e manteve sempre relações amistosas com os partos e muitos outros povos que ocupavam as proximidades do *limes* romano e afirma que os albaneses e os georgianos eram povos amigos e que até trocavam presentes com ele, exemplificando sua política pacifista e humilde. Mesmo assim, sem impor elementos bélicos, manteve a ordem civil e do mesmo modo manteve a disciplina militar. Com tudo isso, construiu uma imagem pública segura e correta, fazendo com que todos cumprissem suas obrigações e se apresentassem fisicamente bem e, como exemplo, obrigou os senadores e cavaleiros a se apresentarem em público vestidos de toga ⁷, para representar esse cuidado com a imagem e o poder. Por fim, fomentou os ritos romanos, desempenhou o cargo de *Pontifex Maximus*⁸ e freqüentou inúmeros julgamentos em Roma e em diversas províncias, dispondo de sua autoridade, que lhe foi dada pelos cargos administrativos (*História Augusta, Vida de Adriano, XXII*). Com isso, condiciona sua imagem com um governante presente e preocupado com os acontecimentos ocorridos em seus domínios.

A partir do ano de 133 d.C., passou a ter constantes enfermidades que o levaram a falecer em 06 de Julho de 138 d.C., como relata a *Historia Augusta*, que afirma, por fim, que Adriano foi uma figura sempre vista aos exercícios físicos e que, vaidoso, deixou crescer uma longa barba para cobrir as imperfeições congênitas de sua robusta cútis (*História Augusta, Vida de Adriano, XXIII, XIV*). Com isso, percebe-se também uma preocupação com a demonstração da barba num sentido filosófico, ou seja, esta indica equilíbrio e inteligência, segundo os gregos.

Após sua morte, muitos senadores atacaram-no verbalmente e o Senado queria anular todas as suas medidas e não deixar efetivar sua divinização. Com isso, percebe-se a contradição de sua imagem junto à vida pública e à vida privada, esta uma continuação da primeira, ou seja, ele não representava uma homogeneidade positiva em suas ações como político. No entanto, Antonino, seu sucessor, edificou um templo em Puzol em sua homenagem e efetivou a divinização de Adriano. Estes fatos são apontados por muitos como a razão do Imperador Antonino ter recebido o codinome de Pio (*História Augusta, Vida de Adriano, XXVII*).

responsabilidade do Prefeito do Pretório e da Prefeitura da cidade de Roma.

⁷ Peça do vestuário romano proibida a estrangeiros e aqueles romanos que não cumprissem as leis oficiais de Roma. Poderia ser usada por homens, mulheres, civis e militares em cerimônias reais e jogos públicos, na corte monárquica e para o exército em funções públicas. Era uma lã fina no verão e grossa no inverno, curta ou muito longa e, por um lado tinha a forma de um arco de circunferência e, por outro, era retilínea.

⁸ Encarregado de conservar em harmonia o conjunto das tradições religiosas e as ocorrências do direito sagrado. O *Pontifex Maximus* é também o presidente do Colégio oficial de sacerdotes do Império.

Segundo o que se pode caracterizar da imagem do Imperador Adriano, segundo a *Historia Augusta*, é que a mesma apresenta-se de forma mesclada, ou seja, com aspectos positivos e negativos. Isso também nos evidencia a relação até de oposição entre os contrastes da vida pública e da vida privada do Imperador Adriano, que foram de grande importância para a caracterização de sua imagem, especialmente junto às visões dos senadores, que escreveram sobre os grandes governantes, como o Imperador referido. A imagem de Adriano apresenta-se nesta perspectiva de forma complexa, por causas das diferenças nas visões senatoriais e pelas próprias ações do Imperador que, como foram demonstradas, são no mínimo controversas. Dentre elas tem que se observar, especialmente, as problemáticas nas quais Adriano contraria os senadores com suas constantes interferências em ações externas que eram de responsabilidade exclusiva dos membros do Senado.

Por fim, vale caracterizar que as imagens imperiais construídas pela *Historia Augusta* como a de Adriano aqui apresentada, engendra-se na tipologia biográfica construída pela própria fonte. Nota-se, portanto, que sua estrutura não é inovadora já que autores como Suetônio já compunham nesta formatação muitos anos antes. Caracteriza-se por uma ampliação dos detalhes da vida privada, da publicação de lendas populares e de manifestações do cotidiano, além de ser observados muitos personagens e uma atenção exagerada a elementos secundários, como laços de parentesco, dados monetários e quantitativos, anedotas e outras.

Segundo Anthony Birley (2004), o governo de Adriano afetou, sobretudo, as províncias do Império. Ajudou com muita generosidade as cidades aliadas e subjugadas, como ressalta Dion Cássio. De fato não teve nenhum outro Imperador que visitara tantas como ele; se podia dizer, ademais, que ajudou todas; a umas abastecimento de água; a outras, dando-lhes portos, provisões alimentícias, edifícios públicos, dinheiro e diversas honras. Dion acrescenta mais adiante que “(...) construiu teatros e celebrou jogos em suas viagens de cidade em cidade”. (DION CÁSSIO, LXIX). A *Historia Augusta* refere ao mesmo assunto: “(...) em quase todas as cidades construiu algo e celebrou jogos” (*História Augusta, Vida de Adriano, XXXI*); e no *Epítome de Caesaribus*, ao falar da equipe de artesãos organizada de forma militar levada consigo, se refere dizendo que “restaurou cidades inteiras”. O próprio Frontón sinaliza, em um comentário bastante hostil, que “se podem ver monumentos de suas viagens em um grande número de cidades da Europa e da Ásia. Dion e a *Historia Augusta*, igualmente a Pausânias sublinham, em particular, o que fez por Atenas; e a *Historia Augusta* oferece, ao menos, uma lista, mesmo que incompleta, de seus edifícios em Roma⁹.

Vale salientar ainda que a *Historia Augusta* é uma obra do IV século d.C. que se propõe,

⁹ Animula Vagula Blandula In: BIRLEY, Anthony. *Adriano: La Biografía de un emperador que cambió el curso de la historia*. Barcelona: Ediciones Península, 2004:454)

baseada em outras obras, analisar a imagem do Imperador Adriano, que governou no II século d.C.. Com isso, é necessário observar que o momento histórico é outro e que as características da ordem senatorial também sofreram alterações, fazendo com que a análise feita por encomenda destes senadores possua um caráter particularizado, sendo diferente de uma análise feita no III século, como a de Dion Cássio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OBRAS CONSULTADAS

FONTES DOCUMENTAIS

DION CASSIUS. *Roman History*. English translation by Eanest Cary. London: Harvard University Press, 1995. v. 8.

Historia Augusta. Traducción de Luis Escobar Bareno. Madrid: Aguilar, 1960.

The Scriptorum Historiae Augustae. English translation by David Magie. London: William Heinemann, 1953.

OBRAS GERAIS

ALBERTINI, E. *L'empire romain*. Paris: Felix Alcan, 1938

ALFÖLDY, Géza. *A História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

ARNHEIM, M. T. W. *The Senatorial Aristocracy in the Later Roman Empire*. Oxford: University Press, 1972.

BALANDIER, Georges. *L'air et les songes*. Paris: José Corti, 1943.

BALANDIER, Georges. *O Contorno: Poder e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BALANDIER, Georges. *O Dédalo: Para finalizar o século XX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília: Ed Unb, 1980.

BIRLEY, Anthony R. *Hadrian: The Restless Emperor*. Londres: Routledge, 1989.

BIRLEY, Anthony R. "Hadrian to the Antonines". In: BOWMAN, Alan K.; GARNSEY, Peter; RATHBONE, Dominic. *The Cambridge Ancient History*. 2.ed. New York: Cambridge University Press, 2000. v.11. pp.132-149.

BOATWRIGHT, Mary T. *Hadrian and the cities of the Roman Empire*. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

BOATWRIGHT, Mary T. *Hadrian and the City of Rome*. Princeton: University Press 1987.

BOBBIO, Norberto. *et alii*. (Org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Ed.UnB, 1986.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. *ARSS*. Paris, 62/63: 69-72, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

- BRAVO, G. *Poder político y desarrollo social en la Roma Antigua*. Madrid: Taurus, 1980.
- BROWN, P. *Power and Persuasion in Late Antiquity*. Madison: University of Wisconsin Press, 1992.
- BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei. A construção da Imagem Pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular – História e Imagem*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2004.
- CAMERON, A. Three notes on the Historia Augusta. *CR*. London, 18 (1):17-20, 1968.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHASTAGNOL, André. *Le Problème de l'Histoire Auguste*. Bonn: Rudolf Habelt Verlag, 1964. p. 43-71.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Agir, 1993.
- COLLEDGE, Malcolm A. R. "Art and Architecture – Hadrian – The Antonines". In: BOWMAN, Alan K.; GARNSEY, Peter; RATHBONE, Dominic. *The Cambridge Ancient History*. 2.ed. New York: Cambridge University Press, 2000.v.11. pp. 974 – 983.
- CORASSIN, M. L. *Um Estudo sobre a Historia Augusta: a Vita Alexandri Severi*. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada à USP, 1983.
- ELLUL, J. Informations and Propaganda. *Diógenes*. Rome, 18: 61-77, 1957.
- FRANCASTEL, P. *Imagem, Visão e Imaginação*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- GIARDINA, A. La formazione dell' Itália provinciale. In: GIARDINA, A. *Storia di Roma*.. Torino: Einaudi, 1993. t. III, v.1 pp.1-36.
- GIARDINA, A. (org). *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1991.
- GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GRANT, Michael. *Gli Imperatori Romani*. Roma: Newton Compton, 1993.
- GRANT, Michael. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- GRELLE, F. La forma dell' Impero. In: GRELLE, F. *Storia di Roma*. Torino: Einaudi, 1993. t.III, v.1. pp. 69 – 82.
- HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *El Intelectual, la Realeza y el Poder Político en el Império Romano*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995.
- HUICI MÓDENES, A. *Estrategias de la Persuasión: Mito y Propaganda Política*. Sevilla: Alfar, 1996.
- JACQUES, François; SCHEID, John. Rome et l'Intégration de l'Empire. Paris: Press Universitaires de France, 1990. t.1.
- JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF; Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas*

- Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. pp.15-96.
- LE GALL, Joël; LE GLAY, Marcel. *L'Empire Romain*. Paris: Press Universitaires de France, 1986. v.02.
- LE GLAY, Marcel; VOISIN, Jean – Louis; LE BOHEC, Yann. *Histoire Romaine*. Paris: Press Universitaires de France, 1991.
- LEFORT, C. As Encarnações do Poder. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais: pp.16-17, domingo, 18 de junho de 2000.
- LEVI, Mario Attilio. *Adriano Augusto: studi e ricerche*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1993.
- LEVICK, Barbara. "Greece and Asia Minor". In: BOWMAN, Alan K.; GARNSEY, Peter; RATHBONE, Dominic. *The Cambridge Ancient History*. 2.ed. New York: Cambridge University Press. 2000. v.11. pp. 620-634.
- LUHMANN, N. *Poder*. Brasília: EdUnB, 1992.
- LUTTWARK, E. N. *La Grande Strategia dell'Impero Romano*. Milano: BUR, 1997.
- MACDONALD, Willian L. *The Pantheon: Design, Meaning and Progeny*. Cambridge, Harvard University Press, 1976.
- MACHADO, Carlos Augusto Ribeiro. *Imperadores imaginários: política e biografia na Historia Augusta*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MARRIOT, I. The authorship of the Historia Augusta: two computer studies. *Journal of Roman Studies*,69: 65-77, 1979.
- MARTIN, Jean-Pierre. El Apogeo del Imperio (96 – 235 Después de J. C.). In: MARTIN, Jean-Pierre. *La Antigua Roma*. Madrid: Jorge Juan, 1975. p. 261 – 322.
- MENDES, Norma Musco. Imperadores e Senadores no Baixo Império Romano. Rio de Janeiro: *Phoínix 2*: 259-274, 1996.
- MENDONÇA, Leda Moreira Nunes; ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro; MILLAR, Fergus. *A Study of Cassius Dio*. Londres: Clarendon Press, 1964.
- MILLAR, Fergus. *The Emperor in the Roman World*. London: Duckworth, 1992.
- PETIT, Paul. *A Paz Romana*. São Paulo: Pioneira, 1989.
- PETIT, Paul. *Histoire Générale de l'Empire Roman*. Paris: Seuil, 1974. v. 2 e 3.
- PIGANIOL, A. *Historia de Roma*. Buenos Aires: Eudeba, 1971.
- REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Ed. FGV, 1996.
- REMOND, René. O Retorno do Plítico. In: CHAVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe (Orgs.). *Questões para a História do Presente*. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 51-60.
- RICOEUR, Paul. Mito e interpretação filosófica. In: RICOEUR, Paul. *Grécia e mito*. Lisboa: Gradiva, 1988. pp.03-69.
- ROSTOVTZEFF, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- ROSTOVTZEFF, M. *Storia Sociale ed Econômica dell'Impero Romano*. Florença: Nuova Itália,

1933.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro, Record, 1997.

SILVESTRINI, M. Il potere imperiale da Severo Alessandro ad Aureliano. In: SILVESTRINI, M. *Storia di Roma*. Toriano: Einaudi 1993. t.III.v.1. pp. 155-191.

SYME, R. *Ammianus and the Historia Augusta*. Oxford: Clarendon Press, 1968.

SYME, R. *Historia Augusta Papers*. Oxford: Clarendon Press, 1983.

TALBERT, R. J. A. *The Senate of Imperial Rome*. Princeton: University Press, 1984.

VEYNE, Paul. *Indivíduo e Poder*. Lisboa: Edições 70, 1988.

VEYNE, Paul. *Le Pain et le Cirque*. Paris: Seuil, 1976.

WALBANK, F. W. El Veranillo de los Antoninos; Tendencias en el Imperio del Siglo II d. De J. C.. In: *La pavorosa revolución: La decadencia del Imperio Romano en Occidente*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.pp. 33-77.

WALLACE – HADRILL, A. Roman Arches and Greek Honours: The Language of Power at Rome. *Proceedings of the Cambridge Philological Society*. Cambridge, 216: 143-173, 1990.

WHITE, P. The Authorship of the Historia Augusta. *Journal of Roman Studies*, 57: 115-133, 1967.

ZANKER, P. *Augusto e il Potere delle Immagini*. Torino: Giulio Einaudi, 1989.

ZANKER, P. *The Power of Images in the Age of Augustus*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1990.

Recebido em 30/10/2008.

Aprovado em 28/10/2009.